

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026 – DPE/PA**

**PAE Nº E-2026/2325045**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - CNPJ nº 34.639.526/0001-38**

**UASG CONTRATANTE: 925989**

**OBJETO**

O objeto é a Contratação dos serviços de SEGURO TOTAL para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme especificações, condições e quantidades estipuladas neste Termo de Referência deste Edital.

O Julgamento das propostas será pelo menor preço.

**MÉTODO DE DISPUTA**

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto

**DATA DA ABERTURA:** 13 de maio de 2026.

**HORÁRIO:** 10h00min (dez) horas (horário de Brasília)

**LOCAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL:**

**DATA:** a partir do dia 29/04/2026.

**LOCAL:** nos sites <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br), pelo email [licitacao@defensoria.pa.def.br](mailto:licitacao@defensoria.pa.def.br), ou na Defensoria Pública do Estado do Pará, sito a Rua Padre Prudêncio, nº. 154, 2º andar – CLCC, Campina, Belém – Pará, sem custos, por meio de mídia digital.

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1 - PROMOTOR DO PREGÃO

**1.1.** O PROMOTOR deste pregão é a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 34.639.526/0001-38, com sede estabelecida nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua Padre Prudêncio nº. 154, Bairro: Campina, neste ato representado pela **Dra. MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM**, Defensora Pública-Geral.

### CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL

**2.1.** A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3 - OBJETO

**3.1** O objeto é a Contratação dos serviços de **SEGURO TOTAL** para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme especificações, condições e quantidades estipuladas neste Termo de Referência deste Edital.

**3.2** O Julgamento das propostas será pelo menor preço.

**3.3.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referências deste Edital, **prevalecerão as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.**

**3.4** O objeto a ser licitado é o descrito no Termo de Referência.

**3.4** A licitação observará o seguinte:

- ☒ **Item único**, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

### CLÁUSULA 4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**4.6** Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.12** O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.13** A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **CLÁUSULA 5 - FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:

- I. **Apresentação das propostas e documentos de habilitação;**
- II. **Lances;**
- III. **Julgamento das propostas;**
- IV. **Habilitação.**

**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **CLÁUSULA 6 - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a.** ☒ valor do item.
- ☐ (percentual) desconto.
- b.** Marca.
- c.** Fabricante.
- d.** Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).



**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigará cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o Termo de Referência.

**6.7** Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

**6.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 noventa) dias úteis**, a contar da data de sua apresentação.

**6.9** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **CLÁUSULA 7 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **1,00 (um)real**.

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.14** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

| Modo de Disputa                                   | Regras   |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> <b>Aberto</b> | a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.   |
|   | b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.  |
|   | c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.              |
|   | d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.  |
|   | e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. |
|   | f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.  |



**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem [A *ordem será crescente*, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, e *decrecente*, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto] de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

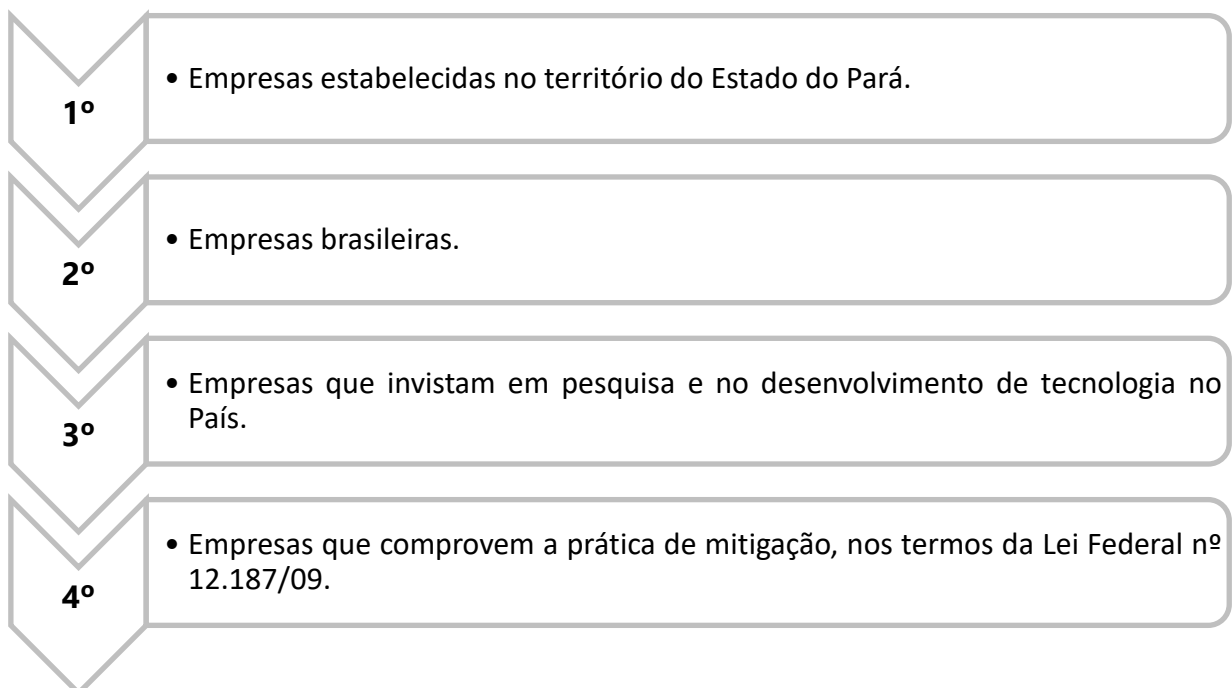
**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

- I. **Disputa final:** Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

- II. **Avaliação do desempenho contratual prévio:** Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.
- III. **Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho:** Conforme regulamento.
- IV. **Desenvolvimento de programa de integridade:** Conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



**7.25** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.26** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.27** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.28** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.29** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **02h00min (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.30** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.31** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a.** SICAF;
- b.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a.** A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e seu anexo;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c.** Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a executabilidade da proposta.

**8.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.12.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.14** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## **CLÁUSULA 9 - HABILITAÇÃO**

**9.1** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e, por intermédio de documentação complementar encaminhada por meio eletrônico, na opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet, quando solicitado pelo Pregoeiro.

**9.2** Após entrega dos documentos para habilitação e análise pelo Pregoeiro não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.3.** As licitantes que estiverem em SITUAÇÃO VÁLIDA no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, desde que todos os documentos e/ou certidões estejam dentro da validade e inseridos no sistema.

**9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação, quando solicitados, deverão ser inseridos no Anexo que será aberto pelo pregoeiro.

## **9.6. Habilitação Jurídica:**

**9.6.1** Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme a natureza da pessoa jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.6.2.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.6.3.** Deverá ser apresentado, ainda, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

## **9.7. Qualificação Técnica (art. 67 da Lei Federal n. 14.133/2021):**

- a) Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Órgão ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou, ainda, por empresas privadas, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado;



a.1) O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da contratada e descrição clara dos serviços prestados, informando o cumprimento das obrigações assumidas perante a empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado;

b) O Licitante deverá cumprir com a Habilitação Técnica constates no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**9.8. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da Lei Federal n. 14.133/2021):**

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

a.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021.

**9.8.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

**9.9. Qualificação Econômico-Financeira:**

**9.9.1.** No que diz respeito à qualificação econômico-financeira, deverá ser apresentado:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, salientando nos casos de participantes em processo de recuperação judicial, a necessidade de comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que a interessada encontra-se apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório (Acórdãos do TCU nºs 2.265/2020 e 1.201/2020);

a.1) Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da convocação pelo pregoeiro; e

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

9.9.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.9.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão verificadas, Se a licitante apresentou no sistema, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, AS DECLARAÇÕES ELENCADAS NO ITEM 5.3 a 5.4 DESTE EDITAL, sendo visualizada somente a relação comprobatória de envio constante no sítio: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**9.12.** É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**9.13.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**9.14.** Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova e poderão ter sua autenticidade verificada via internet.

**9.15.** As empresas aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**9.15.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das empresas ME/EPP/EQUIPARADOS, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.16.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à DPE/RN convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**9.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos ou realização de diligências, o Pregoeiro suspenderá a sessão. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no chat do sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.

**9.18** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.19** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo não inferior ao disposto no item 7.29.

**9.20** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.21** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **CLÁUSULA 10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 11- RECURSOS**

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

## **CLÁUSULA 12 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

| <b>Infração</b>   | <b>Penalidade</b>  |
|---|--|
|   | <b>Multa</b>   |
| <b>a.</b> Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame; | 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.  |
|   | <b>e</b>   |
| <b>b.</b> Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:  | <b>Impedimento de licitar e contratar*</b>   |
|   | * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a |

1. Não enviar a proposta adequada ao sanção de “Declaração de último lance ofertado ou após a inidoneidade para licitar e contratar”. negociação;
  2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  4. Deixar de apresentar amostra;
  5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
1. Agir em conluio ou contra a lei;
  2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

- h.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.* A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b.* As peculiaridades do caso concreto.
- c.* As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d.* Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e.* A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.



**12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis observado o seguinte:

- a.** O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**12.15** O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **CLÁUSULA 13 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e por meio de e-mail [licitacao@defensoria.pa.def.br](mailto:licitacao@defensoria.pa.def.br).

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

#### **CLÁUSULA 14 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**14.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**14.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**14.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**14.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

APÊNDICE 01 – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Minuta de Contrato;

Belém (PA), 27 de abril de 2026.

**Dra. MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM**  
**Defensora Pública-Geral do Estado do Pará**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

PAE: 2026/2325045

TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS

| O QUE SERÁ CONTRATADO?               |   |         |                              |                            |
|--------------------------------------|---|---------|------------------------------|----------------------------|
| Item                                 | Descrição   | Und     |                              | Valor Total Estimado Anual |
| 01                                   | <b>SEGURO TOTAL</b> para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme especificações e condições do presente instrumento.   | Serviço | 38                           | <b>R\$ 141.790,54</b>      |
|                                      |   |         | <b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b> | <b>R\$ 141.790,54</b>      |
| DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO                 |   |         |                              |                            |
| <b>QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?</b> | <p><i>O motivo da contratação é garantir a adequada prestação de serviço de seguro total para os veículos que compõem a frota oficial desta Instituição, tendo em vista a exposição permanente a riscos decorrentes de acidentes de trânsito, furtos, roubos, incêndios, danos materiais, danos pessoais e demais sinistros inerentes à utilização contínua dos veículos tanto na área urbana da capital quanto em deslocamentos intermunicipais no interior do Estado.</i></p> <p><i>A contratação do seguro total para os veículos relacionados no Anexo I justifica-se pela necessidade de proteção do patrimônio público, considerando que a frota é instrumento essencial para o cumprimento das atividades institucionais e da prestação de serviços à sociedade.</i></p> <p><i>Ademais, a Administração Pública possui o dever legal e constitucional de zelar pela boa gestão dos bens públicos, adotando medidas preventivas que minimizem riscos financeiros e operacionais. Nesse contexto, a contratação do seguro visa evitar prejuízos ao erário,</i></p> |         |                              |                            |

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
|                                       | <p><i>resguardando a Instituição de despesas inesperadas com reparos, reposição de veículos, indenizações a condutores, passageiros e terceiros, bem como de eventuais responsabilidades civis decorrentes de sinistros.</i></p> <p><i>Destaca-se, ainda, que a inexistência de cobertura securitária poderia acarretar interrupção das atividades administrativas e operacionais, comprometendo a continuidade do serviço público, além de gerar impactos orçamentários significativos. Assim, a contratação do seguro total revela-se medida necessária, razoável e economicamente vantajosa, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e proteção ao interesse público.</i></p> |
| <b>NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO</b> |   |
| <b>NATUREZA</b>                       | <p>O objeto se caracteriza como de <b>natureza contínua</b>, tendo em vista que é uma necessidade permanente a não interrupção da cobertura do seguro automotivo. A prorrogação sucessiva, respeitada a vigência máxima decenal e prevista em edital, será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.</p>  |
| <b>HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?</b>    | <p><input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, <b>N</b> meses, após a sua conclusão.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>  |
| <b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>           |   |
| <b>FORMA DE CONTRATAÇÃO</b>           | <p><input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b>, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.</p>   |
| <b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>         | <p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto.</p>   |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</b></p>   | <p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>  |
| <p><b>CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</b></p>                                      | <p>O julgamento das propostas será realizado pelo critério menor preço global, considerando o valor total apresentado para a cobertura integral da frota segurada, observado o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.</p>   |
| <p><b>HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?</b></p> | <p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Indicar os itens:</b> (Indicar os itens).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>   |
| <p><b>REQUISITOS DA CONTRATADA</b></p>   |   |
| <p><b>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</b></p>  | <p><b>Qual?</b> As exigências encontram-se no Anexo II deste Termo de Referência.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Por quê?</b> Para fins de facilitação da visualização dos documentos necessários.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>   |
| <p><b>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</b></p>  | <p><input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo de cada exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> |



|  |   |
|--|---|
|  | <p>técnico-profissional com <i>aplicável, se for o caso, e indicar o</i><br/>comprovação de registro em <i>que o atestado deve conter ou</i><br/>conselho profissional <i>comprovar</i>).<br/>competente, quando for o caso.</p> <p><b>Justificativa:</b> <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. <b>Justificativa:</b> <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i></p> <p><b>Especificar:</b> <i>As exigências constam no Anexo II.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p> |
| <p><b>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b></p>             | <p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o critério).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>   |
| <p><b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b></p> | <p><b>Especificar:</b> <i>(Somente é possível definir os riscos se a etapa “análise de risco” tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>  |
| <p><b>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</b></p>                     | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos a serem segurados no local da execução dos serviços, acompanhados por servidor designado para esse fim.</li> <li>2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.</li> <li>3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável acerca</li> </ol>  |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.</p> <p>4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.</p>  |
| <b>FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b>        |   |
| <b>COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</b>        | <p><input checked="" type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p> <p><input type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p> <p><b>OBS:</b> A cobertura será de 100% da tabela FIPE como a referência para o valor de indenização em caso de sinistro.</p> <p><b>OBS (2):</b> Será considerada a cobertura com a distância em quilômetros ilimitada.</p>   |
| <b>LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b> | Os serviços serão executados nos veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará relacionados no <b>Anexo I</b> em uso no Estado do Pará, tendo como sede a cidade de Belém/PA.  |
| <b>FRANQUIA</b>                             | Todos os veículos deverão ser segurados com franquia “REDUZIDA”.  |
| <b>OUTRAS ESPECIFICAÇÕES</b>                | <p>Os perfis dos condutores e/ou motoristas dos veículos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Pará não devem ser considerados como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.</p> <p>Todos os veículos discriminados no <b>Anexo 02</b> são conduzidos exclusivamente por servidores e defensores devidamente autorizados.</p> <p>Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota da Defensoria Pública do Estado do Pará no período de vigência do seguro.</p> <p>Em caso de sinistro, a contratada terá o prazo máximo de 72 horas para aprovar e autorizar os serviços, contado da data de emissão do orçamento pela oficina, bem como, a partir da ocorrência do sinistro fornecer carro reserva, para substituir o que estiver na oficina mecânica durante a realização dos serviços.</p> |

|           |   |
|-----------|---|
| COBERTURA | <p>Os seguros deverão cobrir o total de <b>38 (trinta e oito) veículos</b>, conforme esse Termo de Referência, considerados os seguintes eventos:</p> <ol style="list-style-type: none"><li><b>1. Colisão:</b> perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;</li><li><b>2. Incêndio:</b> perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;</li><li><b>3. Roubo:</b> roubo ou furto do veículo;</li><li><b>4. Danos materiais a terceiros:</b> danos materiais causados a terceiros pelo veículo;</li><li><b>5. Danos corporais a terceiros:</b> danos corporais causados a terceiros pelo veículo;</li><li><b>6. Acidentes pessoais de passageiro:</b> Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo.</li><li><b>7. O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas:</b> colisão (avaria), incêndio, roubo, furto, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros - APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi pago pela seguradora, em todo o Território Nacional.</li><li><b>8. A modalidade de cobertura será do tipo abrangente, com Valor de Mercado Referenciado - 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), e valor determinado.</b></li><li><b>9. A franquia dos veículos indicados deverá ser modalidade frota, do tipo reduzida.</b></li><li><b>10.</b> A franquia somente será cobrada quando houver danos parciais, sendo isenta nos casos de perda total, furto, roubo e quando resultar de pequenos acidentes em que o dano for causado apenas a terceiros.</li><li><b>11. Colisão (avaria), incêndio, roubo e furto (casco):</b> danos parciais e totais 100% do valor de mercado, tabela FIPE.</li><li><b>12. APP - Acidentes Pessoais por Passageiro:</b><ol style="list-style-type: none"><li><b>12.1. Morte Acidental</b> - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por passageiro;</li><li><b>12.2. Invalidez Permanente</b> - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por passageiro;</li></ol></li></ol> |
|-----------|---|

|   |   |
|---|---|
|   | <p><b>12.4. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</b></p> <p><b>12.5. Danos Materiais</b> - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p><b>12.6. Danos Corporais</b> - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p><b>12.7. Danos Morais</b> - R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> <p><b>13.</b> A <b>CONTRATADA</b> deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.</p> <p><b>14.</b> A <b>assistência estender-se-á a todo o território nacional</b>, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios</p> <p><b>15. Disponibilização de Veículo Reserva-</b> A apólice de seguro a ser contratada deverá disponibilizar veículo reserva por, no mínimo, 15 (quinze) dias, garantindo à <b>CONTRATANTE</b> a disponibilização de automóvel substituto em caso de sinistro coberto que resulte na indisponibilidade temporária ou permanente do veículo segurado.</p> |
| <b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b> |   |
| <b>PRAZO DO CONTRATO</b>                                | O seguro vigorará pelo período de <b>12 (doze) meses</b> , contados a partir da aceitação por parte da contratada da Nota de Empenho, que deverá emitir um termo da referida aceitação, declarando que os veículos no <b>Anexo I</b> , estão devidamente segurados a partir dessa data.   |
| <b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>             | <input checked="" type="checkbox"/> O prazo de vigência será de <b>12 (doze) meses</b> , podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.<br><input type="checkbox"/> Não.   |
| <b>FORMA DE PAGAMENTO</b>                               | <b>Meio</b> Ordem bancária.   |
|   | <b>Onde?</b> Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.   |
|   | <b>Qual o prazo?</b> Até <b>30</b> dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.  |
|   | <b>Prova da regularidade fiscal</b> A regularidade fiscal pode ser provada:<br>1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou   |



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARÁ

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
|                                    | 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.  |
| QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?       | <div><input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Não há.</div> <div><b>Justificativa:</b> (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</div> <div><b>Justificativa:</b> (A não exigência de garantia deve ser justificada).</div> |
| PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA              |  |
| DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO | <div>Funcional 03.122.1447.8458.</div> <div>Programática:</div> <div>Elemento de Despesa: 339039.</div> <div>Fonte do Recurso: 01500000001.</div> <div><b>Obs:</b> Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</div>  |

Cidade (PA), 27 de abril de 2026.

(Assinatura)

NOME DO SERVIDOR

Cargo e matrícula

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000X/2026 – DPE/PA**

**PAE nº 2026/2325045– DPE/PA**

**Apêndice do ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

| DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE                  |  |
|---|--|
| <b>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</b> | A contratação dos serviços de seguro total dos <b>38 (trinta e oito) veículos</b> pertencentes à Defensoria Pública do Estado do Pará faz-se necessária para garantir a cobertura de despesas com eventuais danos que possam acometer ou atingir os veículos pertencentes à esta Administração, principalmente por tratar-se de veículos que circulam diariamente em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, assim, em plena atividade, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores desta Instituição e a terceiros. A contratação visa, ainda, resguardar o patrimônio público de eventuais danos materiais e custos com indenizações por responsabilidade civil. |
| DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO   |  |
| <b>QUAL O TIPO DE OBJETO?</b>             | <input type="checkbox"/> Bem.<br><input checked="" type="checkbox"/> Serviço.  |
| <b>QUAL A NATUREZA?</b>                   | <div><input checked="" type="checkbox"/> Continuada.<br/><input type="checkbox"/> Não continuada.</div> <div><input type="checkbox"/> Com monopólio.<br/><input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.</div>  |
| <b>QUAL A VIGÊNCIA?</b>                   | <div><input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).<br/><input type="checkbox"/> 180 dias.<br/><input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.<br/><input type="checkbox"/> Indeterminado.</div> <div><input type="checkbox"/> dias.<br/><input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses.<br/><input type="checkbox"/> anos.</div>  |
| <b>PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?</b>          | <input checked="" type="checkbox"/> Sim.<br><input type="checkbox"/> Não.<br><input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.  |



|  |   |   |
|--|---|---|
| <p><b>HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?</b></p>                                | <p>013/2025 – Gente Seguradora S.A – PAE Nº<br/>Contrato nº: 2024/2239216. Prazo Final: 31/09/2026.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>  |   |
| <p><b>PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE</b></p>   | <p><b>Item</b></p>  | <p><b>Descrição detalhada</b></p>                                     |
|  | <p>1</p>  | <p>Colisão, incêndio, roubo e furto</p>                               |
|  | <p>2</p>  | <p>Danos materiais a terceiros</p>                                    |
|  | <p>3</p>  | <p>Danos corporais e estéticos a terceiros</p>                        |
|  | <p>4</p>  | <p>Acidentes pessoais por passageiro (morte)</p>                      |
|  | <p>5</p>  | <p>Acidentes pessoais por passageiro (invalidez total ou parcial)</p> |
|  | <p>6</p>  | <p>Disponibilização de veículos reserva</p>                           |
| <p><b>HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?</b></p>                                  | <p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o critério ou prática).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>  |   |
| <p><b>HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?</b></p>                                     | <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>  |   |
| <p><b>LEVANTAMENTO DE MERCADO</b></p>  |   |   |
| <p><b>ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?</b></p>                      | <p><input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input type="checkbox"/> Contratações similares.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o meio).</i></p>   |   |
| <p><b>JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</b></p> | <p>Primeiramente, sob o aspecto técnico, a frota de veículos da Defensoria Pública do Estado do Pará é utilizada de forma contínua no desempenho de atividades essenciais, como deslocamento de membros e servidores para atendimento à população, diligências institucionais e apoio às unidades descentralizadas, muitas delas situadas em localidades distantes e de difícil acesso. Tal utilização expõe os veículos a riscos diversos, como acidentes, furtos, roubos, danos a terceiros e eventos naturais.</p> <p>A contratação de seguro veicular proporciona <b>proteção integral do patrimônio público</b>, garantindo cobertura contra os principais riscos operacionais, incluindo colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros, assistência 24 horas e demais coberturas compatíveis com a realidade de uso da frota. Ademais, assegura maior <b>continuidade</b></p> |   |

|   |   |
|---|---|
|   | <p><b>dos serviços públicos</b>, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos em caso de sinistro.</p> <p>Alternativas como a assunção direta dos riscos pela Administração ou a realização de manutenções corretivas sem cobertura securitária mostram-se tecnicamente inadequadas, pois não oferecem previsibilidade, tampouco garantias suficientes para recomposição célere dos danos, além de exporem o erário a riscos elevados.</p> <p>Dessa forma, a contratação de seguro especializado revela-se a solução que melhor atende aos critérios de <b>segurança, eficiência, gestão de riscos e interesse público</b>, em conformidade com os princípios da administração pública.</p> <p>Sob o aspecto econômico, a contratação de seguro veicular apresenta <b>relação custo-benefício favorável</b>, uma vez que o valor do prêmio é significativamente inferior aos custos potenciais decorrentes de sinistros não cobertos, como perda total de veículos, indenizações a terceiros, despesas judiciais e reparos emergenciais.</p> <p>A previsibilidade dos gastos com seguro permite melhor <b>planejamento orçamentário</b>, evitando desembolsos inesperados e de grande impacto financeiro. Além disso, a diluição do risco por meio da contratação de seguradora transfere à empresa especializada a responsabilidade financeira pelos eventos cobertos, protegendo o erário contra prejuízos relevantes.</p> <p>Ressalte-se ainda que a realização de procedimento licitatório para contratação do serviço possibilita a <b>ampla concorrência entre seguradoras</b>, contribuindo para a obtenção de proposta mais vantajosa, com coberturas adequadas e preços compatíveis com o mercado.</p> <p>Assim, sob a ótica econômica, a solução escolhida demonstra-se mais eficiente do que a assunção direta dos riscos pela Administração, atendendo aos princípios da <b>economicidade, eficiência e sustentabilidade financeira</b>.</p> |
| <p><b>HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b></p> | <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>  |
| <p><b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b></p>          |   |
| <p><b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b></p>        | <p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de seguro para cobertura total de veículos da Instituição.</p>   |

|  |   |                |              |               |
|--|---|----------------|--------------|---------------|
| <b>QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</b>    | <input checked="" type="checkbox"/> Não há.<br><input type="checkbox"/> 90 dias.<br><input type="checkbox"/> 12 meses.<br><input type="checkbox"/> dias.<br><input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses.<br><input type="checkbox"/> anos.   |                |              |               |
| <b>HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>  | <input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (Indicar o motivo da necessidade de assistência técnica para a contratação).<br><input checked="" type="checkbox"/> Não.  |                |              |               |
| <b>HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?</b>           | <input type="checkbox"/> Sim. <b>Descrever solução:</b> (Contrato de manutenção).<br><input checked="" type="checkbox"/> Não.   |                |              |               |
| <b>ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO</b>   |   |                |              |               |
| <b>COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?</b> | <input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.<br><input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> (Indicar a metodologia).   |                |              |               |
| <b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</b>              | <p>A estimativa quantitativa dos veículos a serem contemplados no seguro veicular da Defensoria Pública do Estado do Pará foi elaborada com base em critérios técnicos e administrativos, considerando o histórico de utilização da frota institucional, os registros patrimoniais atualizados e a previsão de continuidade das atividades finalísticas do órgão.</p> <p>Para a definição do quantitativo estimado, foram considerados os veículos atualmente em operação, conforme cadastro da frota oficial da Defensoria Pública.</p> <p>Dessa forma, o quantitativo estimado de veículos a serem segurados reflete a necessidade real da Administração, garantindo a proteção patrimonial dos bens móveis, a continuidade dos serviços públicos prestados pela Defensoria Pública do Estado do Pará e a adequada gestão dos riscos inerentes à utilização da frota oficial.</p> |                |              |               |
| <b>ESPECIFICAÇÃO</b>                           | <b>Item</b>   | <b>Veículo</b> | <b>Placa</b> | <b>Modelo</b> |
|  | 01  | CAMINHÃO       | RXJ9C03      | IVECO         |
|  | 02  | CARRETA        | QVM4I97      | TRUCKVAN      |



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARÁ

|  |    |              |             |            |
|--|----|--------------|-------------|------------|
|  | 03 | FRONTIER ATK | OFF5B90     | NISSAN     |
|  | 04 | FRONTIER ATK | OBZ3D20     | NISSAN     |
|  | 05 | FRONTIER ATK | OFF4F90     | NISSAN     |
|  | 06 | FRONTIER ATK | OFF5D30     | NISSAN     |
|  | 07 | FRONTIER ATK | OFS3I90     | NISSAN     |
|  | 08 | FRONTIER SE  | RWV1B35     | NISSAN     |
|  | 09 | FRONTIER SE  | RWC1I95     | NISSAN     |
|  | 10 | GOL          | NSM3969     | VOLKSWAGEM |
|  | 11 | GOL          | JUM2065     | VOLKSWAGEM |
|  | 12 | HILLUX       | NSN9818     | TOYOTA     |
|  | 13 | HILLUX       | NSN9978     | TOYOTA     |
|  | 14 | HILLUX       | NSP2306     | TOYOTA     |
|  | 15 | HILLUX       | NOS0098     | TOYOTA     |
|  | 16 | HILLUX       | NSN9798     | TOYOTA     |
|  | 17 | HILLUX       | NSN9908     | TOYOTA     |
|  | 18 | HILLUX       | NSN9848     | TOYOTA     |
|  | 19 | L200         | JUT6481     | MITSUBISHI |
|  | 20 | LOGAN        | RXJ9G91     | RENAULT    |
|  | 21 | LOGAN        | RXC7G72     | RENAULT    |
|  | 22 | LOGAN        | RXJ9G31     | RENAULT    |
|  | 23 | LOGAN        | RXC7G12     | RENAULT    |
|  | 24 | LOGAN        | RXJ9G51     | RENAULT    |
|  | 25 | LOGAN        | RXJ9G11     | RENAULT    |
|  | 26 | MICRO-ÔNIBUS | OTR7I45     | VOLKSWAGEM |
|  | 27 | ÔNIBUS       | RXJ2H20     | IVECO      |
|  | 28 | ÔNIBUS       | RXJ2H50     | IVECO      |
|  | 29 | SPIN         | RWT5J82     | CHEVROLET  |
|  | 30 | SPIN         | RWT5J92     | CHEVROLET  |
|  | 31 | VAN          | QVNOG9<br>9 | FIAT       |
|  | 32 | VAN/DIREITOS | RWZ8F26     | MERCEDES   |
|  | 33 | VAN/DIREITOS | RWZ8E76     | MERCEDES   |
|  | 34 | VAN/DIREITOS | RWZ8F56     | MERCEDES   |
|  | 35 | VERSA        | RXC3F33     | NISSAN     |
|  | 36 | VERSA        | RXC3F23     | NISSAN     |
|  | 37 | VERSA        | RXC3F43     | NISSAN     |
|  | 38 | VERSA        | RXC3F63     | NISSAN     |

| ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO                    |  |  |    |                |
|---|--|--|----|----------------|
| MEIOS<br>USADOS NA<br>PESQUISA                        | <input type="checkbox"/> Pannel de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares.<br><input type="checkbox"/> Simas. <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores.<br><input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> (Indicar o meio). |  |    |                |
|   | Item   | Descrição  |    | Valor<br>Total |
| ESTIMATIVA<br>DE PREÇO                                | 1  | <b>SEGURO TOTAL</b> para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme especificações e condições do presente instrumento.  | 38 | R\$ 141.790,54 |
|   |  |  |    | <b>TOTAL</b>   |
| JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO          |  |  |    |                |
| A SOLUÇÃO SERÁ<br>DIVIDIDA EM ITENS?                  | <input checked="" type="checkbox"/> Sim.   |  |    |                |
|   | <input type="checkbox"/> Não.  | <b>Por<br/>quê?</b> <div> <input type="checkbox"/> Objeto indivisível.      <input type="checkbox"/> Perda de escala.<br/> <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.      <input type="checkbox"/> Economicamente inviável.<br/> <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.      <input type="checkbox"/> Outro.           </div> <b>Especificar:</b> (Indicar o motivo). |    |                |
| CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES           |  |  |    |                |
| HÁ CONTRATAÇÕES<br>CORRELATAS OU<br>INTERDEPENDENTES? | <input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b><br><input checked="" type="checkbox"/> Não.  |  |    |                |
| ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO         |  |  |    |                |

|  |  |
|--|--|
| <b>HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?</b>                           | <input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar item do PCA:</b> nn.  |
|  | <input checked="" type="checkbox"/> Não. <b>Providências:</b> Esta Defensoria ainda não possui PCA.  |
| <b>RESULTADOS PRETENDIDOS</b>  |  |
| <b>QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?</b>                       | <input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo<br><input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho<br><input checked="" type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo<br><input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> (Indicar o benefício). <div> <input type="checkbox"/> Redução de Custos<br/> <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos<br/> <input type="checkbox"/> Ganho de Eficiência<br/> <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública         </div> |
| <b>PROVIDÊNCIAS PENDENTES</b>  |  |
| <b>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>              | <input type="checkbox"/> Sim.<br><input checked="" type="checkbox"/> Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.   |
| <b>IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>                            |  |
| <b>HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?</b>                      | <input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar os impactos:</b> (Detalhar).<br><input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica pela especificidade do objeto da contratação.   |
| <b>CONCLUSÃO</b>   |  |
| <b>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</b> | <input checked="" type="checkbox"/> Sim.<br><input type="checkbox"/> Não.  |

Cidade (PA), 27 de abril de 2026.

(Assinatura)

**NOME DO SERVIDOR**

Cargo e matrícula



## **ANEXO 01**

### **DA HABILITAÇÃO**

#### **1. Da Habilitação Jurídica, Econômico-financeira, Fiscal e Trabalhista**

##### **1.1. Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012;
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, Prova de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica nos órgãos de registro competente. Documentos Pessoais do Representante, no caso de Pessoa Jurídica. Prova de Inscrição no CPF ou CNPJ. Inexistência de proibição de contratar com a administração - Certidão Negativa da Controladoria Geral do Estado (CAGEFIMPCGE).

##### **1.2. Habilitação Econômico-financeira:**

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, será verificado pela JUCER se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

**ANEXO II**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026 – DPE/PA**  
**PAE nº 2026/2325045– DPE/PA**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**(COPIAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Prezados Senhores,

Em atenção ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026 – DPE/PA, estamos apresentando nossa proposta comercial para prestação do serviço listado abaixo, a esta DPE, conforme descrição do Termo de Referência. O preço unitário e o global do item por nós cotados para prestação do serviço são os relacionados abaixo:

| Item | Descrição   | Val. Unit. | Valor Total      |
|------|---|------------|------------------|
| 1    | <i>SEGURO TOTAL para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme especificações e condições do presente instrumento.</i> | R\$        | R\$              |
|      |   |            | <b>TOTAL</b> R\$ |

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**

Declaramos, expressamente, o pleno conhecimento e concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como todas as obrigações especificadas no Termo de Referência.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a prestar o serviço no prazo determinado, em conformidade com o instrumento convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: ...CNPJ/MF: ...Endereço: ...Tel/Fax: ...CEP: ...Cidade: ...UF: ... Banco: ...  
Agência: nº C/C: ...

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE SERÁ O CONTATO ENTRE A EMPRESA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ:

NOME:

CARGO:

RG:

CPF:

TELEFONE:

E-MAIL:

**ANEXO III**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024 – DPE/PA**  
**PAE nº 2026/2325045– DPE/PA**  
**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM  
ENTRE SI A DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DO PARÁ E A  
EMPRESA....., COMO  
MELHOR ABAIXO SE DECLARA.**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a Defensoria Pública do Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.639.526/0001-38, estabelecida nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua Padre Prudêncio nº. 154, bairro Campina, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada por sua Defensora Pública Geral, **Dra. MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade 0.000.000 SSP/PA, CPF/MF nº 000.000.000-00, residente e domiciliada nesta cidade de Belém, e, de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida no município de XXXXXXXXXXXX, Estado do XXXXXXXXXXXX, a XXXXXXXXXXXX, Nº 0 0 0 0 0, bairro XXXXXXXX, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX – SSP/XX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua\_\_\_\_, município de\_\_\_\_, Estado, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo PAE nº 2026/2325045– DPE/PA** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº 90011/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA 1 - Fundamento legal**

**1.1.** A presente contratação será realizada por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026 – DPE/PA** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas no Edital.

### **CLÁUSULA 2 - Objeto**

**2.1.** Contratação dos serviços de SEGURO TOTAL para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

**2.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor (em caso de contratação direta, substituir o trecho destacado por “ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta”), e aos anexos desses documentos.

**2.3** Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

| Item | Descrição   | Val.   | Valor Total      |
|------|---|--------|------------------|
| 1    | SEGURO TOTAL para os veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra danos de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme especificações e condições do presente instrumento | 38 R\$ | R\$              |
|      |   |        | <b>TOTAL R\$</b> |

### **CLÁUSULA 3 – Entrega e Execução dos Serviços**

**3.1.** As condições de entrega execução dos serviços contratados são aquelas previstas no Termo de Referência.

**3.2.** Todos os veículos deverão ser segurados com franquias “REDUZIDA”:

**3.3.** A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços globais propostos (prêmio); Em caso de sinistro, o valor referente a franquia será pago pela Defensoria Pública.

**3.4.** A seguradora adjudicatária emitirá apólice em nome da Defensoria Pública do Estado do Pará, pelo prazo de 01 (um) ano, onde deverá conter a descrição dos seguintes itens:

#### **Para os Veículos:**

1. Colisão: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;
2. Incêndio: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;
3. Roubo: roubo ou furto do veículo;
4. Danos materiais a terceiros: danos materiais causados a terceiros pelo veículo;
5. Danos corporais a terceiros: danos corporais causados a terceiros pelo veículo;
6. Acidentes pessoais de passageiro: Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo.
7. O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas: colisão (avaria), incêndio, roubo, furto, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros - APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi pago pela seguradora, em todo o Território Nacional.
8. A modalidade de cobertura será do tipo abrangente, com Valor de Mercado Referenciado - 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), e valor determinado.
9. A franquia dos veículos indicados deverá ser modalidade frota, do tipo reduzida.

10. A franquia somente será cobrada quando houver danos parciais, sendo isenta nos casos de perda total, furto, roubo e quando resultar de pequenos acidentes em que o dano for causado apenas a terceiros.
  11. Colisão (avaria), incêndio, roubo e furto (casco): danos parciais e totais 100% do valor de mercado, tabela FIPE.
  12. APP - Acidentes Pessoais por Passageiro:
    - 12.1. Morte Acidental - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por passageiro;
    - 12.2. Invalidez Permanente - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por passageiro;
    - 12.3. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:
    - 12.4. Danos Materiais - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);
    - 12.5. Danos Corporais - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);
    - 12.6. Danos Morais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
  13. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.
  14. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios
  15. Disponibilização de Veículo Reserva- A apólice de seguro a ser contratada deverá disponibilizar veículo reserva por, no mínimo, 15 (quinze) dias, garantindo à CONTRATANTE a disponibilização de automóvel substituto em caso de sinistro coberto que resulte na indisponibilidade temporária ou permanente do veículo segurado.
- 3.5.** Os serviços serão executados nos veículos oficiais pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado do Pará relacionados no Anexo I em uso no Estado do Pará, tendo como sede a cidade de Belém/PA.
- 3.6.** Os perfis dos condutores e/ou motoristas dos veículos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Pará não devem ser considerados como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.
- 3.7.** Todos os veículos discriminados no Anexo I são conduzidos exclusivamente por servidores e defensores devidamente autorizados.
- 3.8.** Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota da Defensoria Pública do Estado do Pará no período de vigência do seguro.
- 3.8.** Em caso de sinistro, a contratada terá o prazo máximo de 72 horas para aprovar e autorizar os serviços, contado da data de emissão do orçamento pela oficina, bem como, a partir da ocorrência do sinistro fornecer carro reserva, para substituir o que estiver na oficina mecânica durante a realização dos serviços.

#### **CLÁUSULA 4 - Preço**

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.



#### CLÁUSULA 5 - Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

|                      |             |
|----------------------|-------------|
| Gestão/Unidade       | XXXXXXXXXX. |
| Fonte                | XXXXXXXXXX. |
| Programa de Trabalho | XXXXXXXXXX. |
| Elemento de Despesa  | XXXXXXXXXX. |
| Plano Interno        | XXXXXXXXXX. |

#### CLÁUSULA 6 - Reajuste

**6.1** O contrato será reajustado pelo **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA**.

**6.2** É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar da data do orçamento.

**6.3** O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

**6.4** O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 6.1 na base de cálculo do item 6.3.

**6.5** O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

**6.6** O reajuste será realizado *por simples apostila*.

**6.7** No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 6.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**6.8** Caso o índice do item 6.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

**6.9** Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

#### CLÁUSULA 7 - Pagamento

**7.1** O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

**7.2** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO.

**7.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

**7.4** Na hipótese do item 7.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

**7.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**7.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

(SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**7.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**7.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**7.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

**7.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

**7.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

**7.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**7.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**7.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

## **CLÁUSULA 8 - Garantia de cumprimento contratual**

---

☒ **8.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

## **CLÁUSULA 9 - Obrigação das partes**

---

**9.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço executado para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e.** Efetuar o pagamento do serviço executado no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

## **9.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:**

- a.** Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b.** O serviço deve ser prestado na Região Metropolitana de Belém, em estúdio especializado no endereço a ser fornecido pela contratada, a qual obriga-se a instalar estúdio ou representação no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar da assinatura do contrato.
- c.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais, impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- d.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos do serviço, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- e.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- f.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- g.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- h.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- i.** Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- j.** Na hipótese do item 6.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
  - 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- k.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- l.** Não permitir:
  - 1.** o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
  - 2.** a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- m.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- n.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- o.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- p.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- q.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- r.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

#### **CLÁUSULA 10 - Responsabilidade por danos**

- 10.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.
- 10.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.
- 10.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA 11 - Infrações e sanções administrativas**

- 11.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

| Infração   | Penalidade   |
|--|--|
|  | <b>Advertência*</b>  |
| <b>a.</b> Dar causa à inexecução parcial do contrato.  | * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> . |
| <b>b.</b> Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. | <b>Impedimento de licitar e contratar*</b>   |
| <b>c.</b> Dar causa à inexecução total do contrato.  |  |
| <b>d.</b> Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.  |  |

\* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de *"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"*.

e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**11.2** O atraso superior **30 dias corridos**, autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**11.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

**Multa**

***Moratória***

a. **0,5%** sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos**.

b. **0,5%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

***Compensatória***

**15%** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

**11.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**11.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**11.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**11.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a.** A natureza e gravidade da infração.
- b.** As peculiaridades do caso.
- c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**11.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.



#### **CLÁUSULA 12 - Alterações do contrato**

- 12.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.
- 12.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.
- 12.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.
- 12.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA 13 - Extinção do contrato**

- 13.1** O contrato se extingue com o fim do prazo estipulado.
- 13.2** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.3** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.4** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- (i) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - (ii) (ii) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA 14 - Fiscalização**

- 14.1.** A execução das obrigações contratuais integrantes deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor XXXXXXXXXXXX, matrícula n.º XXXXXXXXXXX e Suplente o Servidor XXXXXXXXXXX, matrícula n.º XXXXXXXXXXX, CONTRATANTE, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, com fins de atender o que determina os arts. 7 e 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 15 - Interpretação**

- 15.1.** As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

#### **CLÁUSULA 16 - Tratamento adequado dos conflitos de interesse**

- 16.1.** Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO,

CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

#### **CLÁUSULA 17 - Divulgação e publicação**

**17.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**17.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA 18 - Vigência**

**18.1** O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo, a critério da administração ser renovado conforme conveniência e oportunidade, com fundamento nos Arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

**18.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, a CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o SICAF, emitir as certidões de regularidade e juntá-las ao respectivo processo.

#### **CLÁUSULA 19 - Foro**

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 16.

**Belém (PA), 27 de abril de 2026.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
CPF nº

2. \_\_\_\_\_  
CPF nº